

NOTAS E RECENSÕES

NOTAS A PROPOSITO DA REALIZAÇÃO
DO PRÓXIMO CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA:
WASHINGTON (E. U. A.), 1992

GEOGRAPHY IS DISCOVERY

De 21 a 26 de Agosto de 1988 decorreram, na cidade de Sydney (Austrália), quando se festejava o bicentenário da sua fundação, as sessões de mais um Congresso Internacional de Geografia, o 26.º de uma série que já tem cerca de 120 anos, desde que em 1871 se realizou o célebre «Congresso das Ciências Geográficas, Cosmográficas e Comerciais», em Bruxelas, e que tem sido considerado o primeiro (quadro I). Constitui assim a mais longa série de reuniões internacionais levadas a cabo com bastante regularidade, quase sem correspondente noutros domínios científicos. O próximo terá lugar em Washington (Estados Unidos da América do Norte), em 1992.

*

1. De uma forma breve, recordaremos alguns factos importantes da história dos congressos de geografia (1). A reunião de Bruxelas, prevista primeiramente para Agosto de 1870, ficou a dever-se a CHARLES RUELENS, conservador da Biblioteca Real que, para associar esta às homenagens que seriam prestadas a dois vultos importantes da geografia e da cartografia, G. MERCATOR e A. ORTELIUS, pensou em congregar personalidades relacionadas com aqueles temas. Estiveram presentes cerca de 500 participantes, com predomínio de diplomatas, militares, cartógrafos e individualidades ligadas a actividades do comércio. A Geografia moderna dava então os primeiros passos, depois da publicação do primeiro volume de *Erdkunde*, de CARL RITTER, em 1817, do início da saída de *Kosmos*, de ALEXANDER VON HUMBOLDT, em 1845, e da edição de *La Terre*, de ELISÉE RÉCLUS, em 1866-1867 (2).

Entre os congressos havidos no mesmo século merece referência especial o de Londres (1895), pois foi uma reunião que primou pela

QUADRO I

Os Congressos Internacionais de Geografia, os seus presidentes e número de participantes (segundo a UGI)

Série	Anos	Europa	África	Ásia	Américas	Oceania	Presidentes	Participantes
1.º	1871	Antuérpia					Van Put (Burgomestre de Antuérpia)	600
2.º	1875	Paris					Vice-Alm.º de La Roncière Noury	1 477
3.º	1881	Veneza					Príncipe di Teano	1 049
4.º	1889	Paris					Ferdinand de Lesseps	618
5.º	1891	Berna					Dr. Gobat	556
6.º	1895	Londres					Cléments Markham	1 529
7.º	1899	Berlim					F. Von Richthofen	1 238
8.º	1904				Washington		Almirante Robert. E. Peary	677
9.º	1908	Genebra					A. de Claparède	568
10.º	1913	Roma					Marquês Capelli	593
11.º	1925		Cairo				Príncipe Roland Bonaparte	483
12.º	1928	Cambridge					General Nicola Vacchelli	754
13.º	1931	Paris					General Robert Bourgeois	712
14.º	1934	Varsóvia					Prof. Isaiah Bowman	565
15.º	1938	Amesterdão					Sir Charles Close	1 238
16.º	1949	Lisboa					Prof. Emmanuel de Martonne	638
17.º	1952				Washington		Prof. George B. Cressey	1 226
18.º	1956				Rio de Janeiro		Prof. L. Dudley Stamp	1 084
19.º	1960	Estocolmo					Prof. Hans W. Ahlmann	1 349
20.º	1964	Londres					Prof. Carl Troll	1 658
21.º	1968			Nova Deli			Prof. Shiba P. Chatterjee	1 172
22.º	1972						Prof. Stanislaw Leszczycky	2 922
23.º	1976	Moscovo			Montréal		Prof. Jean Dresch	2 613
24.º	1980			Tóquio			Prof. Michael J. Wise	1 433
25.º	1984	Paris					Prof. Akin L. Mabogunge	2 196
26.º	1988					Sydney	Prof. Peter Scott	1 193
27.º	1992				Washington		Prof. Roland J. Fuchs	?

organização, onde nada foi deixado ao acaso ou à inspiração do momento. Contando com cerca de 1530 participantes, 449 eram estrangeiros. Na lista de votos formulados no final das sessões predominaram, sobretudo, os de sentido prático: organização de actividades geográficas entre os congressos, publicação de bibliografias geográficas, encorajamento das explorações antárcticas, discussão da ortografia dos nomes geográficos, cartografia do continente africano, e mais outros também do maior interesse.

A importância deste congresso traduzir-se-ia ainda pelo impulso dado à criação de 39 Sociedades de Geografia em vários países. Grande afluência de geógrafos teve igualmente o de Berlim (1899), cuja comissão organizadora tinha à frente F. VON RICHTHOFEN, presidente da Sociedade de Geografia dessa cidade. Figuras célebres como J.-L. AGASSIZ, E. BRÜCKNER, WILLIAM M. DAVIS, C. E. DUTTON, E. RÉCLUS e outros aí estiveram. Com ele, foram lançadas as bases de uma proposta de criação de uma União, tema que de resto também tinha sido abordado em Londres.

O primeiro congresso que teve lugar no século XX, foi também o primeiro fora da Europa: nos Estados Unidos da América do Norte, em 1904, verdadeiro congresso itinerante, pois de 8 a 11 de Setembro os congressistas reuniram-se em Washington, a 12 estavam em Filadélfia, de 13 a 15 em Nova Iorque, a 16 visitaram as quedas do Niágara, a 17 e 18 permaneceram em Chicago e de 19 a 22 reuniram em St. Louis!

O de Genebra (1908) voltou a conhecer uma grande afluência de estrangeiros: 31 países fizeram-se representar e dos 564 participantes perto de 370 eram estrangeiros. As resoluções finais foram de igual modo importantes, dando-se mais um passo para a criação da União encarregada de zelar pelo cumprimento dos votos e resoluções tomadas e de organizar os trabalhos de comissões. Entre as resoluções é justo destacar a da publicação da carta mundial na escala de 1:1 000 000, cujo projecto fora apresentado, pela primeira vez, por A. PENCK, em 1891. Alguns países, como a França, a Alemanha, a Inglaterra e os E. U. A. já trabalhavam nesse projecto, mas tornam-se necessárias medidas de uniformização, em especial de sinais convencionais e de símbolos, da dimensão das folhas, da projecção cartográfica, da indicação da escala, da equidistância das curvas de nível, dos pontos cotados, etc. Juntamente com a comissão dessa carta passaria a trabalhar uma outra, incumbida de reunir todos os documentos cartográficos que pudessem mostrar o progresso contínuo da exploração do Globo. Representaram assim o primeiro núcleo da futura Associação Cartográfica Internacional. O congresso aprovou ainda uma resolução que continua a ter a maior actualidade: «A geografia como ramo do ensino tem por objecto a descrição da superfície da Terra, considerada nos diversos elementos, físicos e orgânicos, cuja combinação e encadeamento determinam a fisionomia actual do Globo. Este ensino, na instrução primária e secundária, deve basear-se na leitura dos mapas e seguir, sobretudo, o método sintético. No quadro que ela traça das diferentes partes do Globo, a geografia deve tender (...) a pôr em evidência as relações entre o mundo inor-

gânico e os seres vivos e, mais particularmente, entre a superfície da Terra e o Homem» (3). A este congresso FRANCISCO DA SILVA TELLES, o primeiro professor universitário de Geografia em Portugal (4), apresentou duas comunicações, uma sobre «Regionalismo climatológico» e outra sobre o «Ensino superior de Geografia». Nesta é evidente a adopção daquelas orientações, a defesa da independência científica da Geografia e assinalava-se como objectivo do ensino superior a criação de um espírito geográfico que «não se pode obter por meio de um ensino não coordenado, com solução de unidade doutrinal» (5).

Entre os convites das sociedades de geografia de Lisboa, de Dresden, de Budapeste, de Brisbane e de Roma, esta foi escolhida para organizar a reunião do 9.º Congresso (1913). Seria o último antes da 1.ª Grande Guerra porquanto o seguinte, que deveria ter tido lugar em S. Petersburgo, por motivos óbvios não pode realizar-se. Assinada a Paz, uma conferência interaliada para tratar dos problemas das organizações científicas, reunida em Londres, recomendaria aos cientistas aliados que se retirassem das organizações internacionais existentes, para formarem novas uniões. Partir-se-ia assim do zero e cada país deveria organizar, ou reconhecer um organismo científico centralizado, susceptível de o representar num «Conselho Internacional de Investigações». A inauguração oficial deste conselho efectuou-se numa assembleia geral reunida em Bruxelas, em 1919. Nos primeiros tempos apenas os países aliados, e eventualmente os que se tinham mantido neutros durante o conflito, tiveram acesso ao conselho. Todavia, a partir de 1922, essa tendência começou a ser combatida por países como a Suécia, a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, a fim de se permitir a admissão de outros, nomeadamente da Austria, da Hungria, da Bulgária, e mesmo da Alemanha. Doze anos depois da sua criação, os estatutos do Conselho seriam revistos e ele tomaria nova designação: «Conselho Internacional das Uniões Científicas» (CIUS, ou ICSU); entre estas seria criada, na segunda assembleia, Bruxelas, 27 de Julho de 1922, a União Geográfica Internacional (UGI). As outras abrangeram domínios como os da Astronomia, das Ciências Biológicas, da Química, da Cristalografia, da Geodesia e Geofísica, da Física Pura e Aplicada, etc. Dotada de uma comissão executiva, de comissões nacionais dos países membros, e de comissões encarregadas de assegurar a continuidade dos trabalhos científicos entre os congressos, também os fins da UGI ficaram claramente estabelecidos: facilitar e fomentar o estudo de problemas de interesse geográfico; promover e coordenar a sua investigação, com a cooperação dos diversos países; assegurar a discussão científica, bem como a publicação de resultados; nomear comissões científicas para o estudo de problemas particulares.

Com a criação da União Geográfica Internacional iniciar-se-ia um outro período da história da Geografia mundial. O primeiro congresso sob a sua égide, ainda que em grande parte organizado por uma sociedade de geografia, foi o do Cairo (1925), intitulado «Congresso de Geografia e de Etnologia», onde estiveram cerca de 560 participantes, representando mais de uma dúzia de países, com excepção dos E. U. A. e

dos países Escandinavos, que ainda não tinham aderido à União, e dos inimigos dos aliados na 1.ª Grande Guerra. Delegações importantes foram enviadas pela França (91 participantes), Polónia (63), Itália (51) e Grã Bretanha (32). Das resoluções votadas em assembleia geral algumas traduzem bem a nova orientação: necessidade de publicação de uma bibliografia geográfica internacional, em seguimento da «Bibliographie Géographique anuelle», iniciada em 1891 como parte da revista *Annales de Géographie*, da casa A. Colin, de Paris; estudo das formas de povoamento rural, com base em questionários cuidadosamente elaborados e publicação dos resultados, de acordo com um projecto apresentado por A. DEMANGEON; continuação da publicação do *Atlas das Formas de Relevo*; publicação de um mapa das áreas endorreicas do Globo, segundo um esquema elaborado por EMMANUEL DE MARTONNE, etc. Para a preparação da Bibliografia internacional três países tomariam depois essa responsabilidade: a França (a *Association des Géographes Français*), os E. U. A. (a *American Geographical Society*) e a Itália (o *Comitato Geografico Nazionale Italiano*), mais tarde ajudados por outros membros da UGI.

Seria, sem dúvida, o de Cambridge (1928) o primeiro congresso organizado pela UGI. Por isso mesmo, é opinião geralmente aceite que correspondeu melhor aos objectivos da União. Antes do congresso várias comissões apresentaram relatórios impressos de assuntos de interesse geral que constituiram, juntamente com as comunicações, um conjunto de bases sólidas para as discussões.

Mas, pela competência e cuidado postos na sua organização, o 13.º, reunido em Paris (1931), foi um modelo que norteou muitos dos congressos posteriores. Era então secretário da comissão nacional francesa EMMANUEL DE MARTONNE. A circular distribuída nos finais de 1930 enunciava já uma lista de 25 *questions à l'ordre du jour*, que convidavam à produção de comunicações e à sua discussão. Antes e depois das sessões principais do congresso tiveram lugar várias excursões, uma das quais à Argélia, e para cada uma delas foi preparado um livro-guia. O número de participantes atingiu o total de cerca de 760 (pouco menos de metade eram franceses) e fizeram-se representar 42 países. Depois da França, as delegações mais numerosas foram as dos E. U. A. (773), da Itália (72), da Polónia (32) e da Suíça (23); a Alemanha e a Áustria continuaram a estar ausentes. As conclusões votadas em assembleia geral, reunida no fim do congresso, puseram em evidência os notáveis progressos da ciência geográfica e incentivavam a criação de novas comissões para o estudo da utilização da fotografia aérea na compreensão das formas topográficas; de problemas do sobrepovoamento, nas suas relações regional e geográfica; de cartografia das superfícies de erosão em várias escalas; etc.. A UGI resolveu patrocinar a publicação da *Monumenta Europea Cartographica* e a todos os institutos cartográficos foram endereçados convites para apresentarem relatórios trienais dos seus trabalhos.

O congresso seguinte, Varsóvia (1934), em tudo seguiu o modelo de Paris, conseguindo ser mais vivo, diremos mesmo exuberante de vitalidade (6). Pela primeira vez apareceram representantes dos países

que até então se tinham mantido afastados da UGI, como a Alemanha, o Canadá e a cidade livre de Dantzig. Os autores da maioria das comunicações chamaram sobretudo a atenção para a característica quadridimensional dos problemas geográficos e, de um modo geral, todos insistiram em que as tentativas de descrição estática, através de médias das médias e de normais, deveriam ser postas de parte, para a eliminação do largo fosso entre a teoria e a realidade geográficas; as modificações cíclicas, periódicas ou aperiódicas, progressivas, apreciáveis em unidades de tempo, eram tão características dos solos, dos climas ou da vegetação, como dos fenómenos humanos; o importante seria datar os fenómenos, através da reconstituição das paisagens geográficas. «A Terra como habitação do Homem» foi o tema importante das teses apresentadas e amplamente discutidas. De forma análoga podemos dizer em relação ao 15.º, de Amesterdão (1938), um ano antes da eclosão da 2.ª Guerra Mundial. A sua organização foi também esmerada. A data de abertura do congresso, com um pouco de mais de 1200 participantes, foi possível distribuir os volumes impressos das comunicações; as excursões foram minuciosamente preparadas, incluindo uma a Java!

A guerra declarada na Europa em 1939 fecharia mais um período da geografia mundial, balizado pelos congressos do Cairo e de Amesterdão, em que os países mais activos foram, sem dúvida, a França, a Grã-Bretanha, a Itália, os E. U. A. e a Polónia. Todavia, a escola francesa dominava fortemente a Geografia; a língua mais utilizada nos congressos era o francês, à França se devia a única bibliografia geográfica internacional, que se publicava com regularidade. Na opinião de um ilustre geógrafo inglês, R. J. HARRISON CHURCH, «qualquer geógrafo moderno... deve ter consciência de uma profunda dívida para com a escola francesa de geografia. Essa dívida é imensa, em quase todos os ramos, mas particularmente nos campos da geografia regional e humana. Nenhum país, de tamanho, população, universalidade e recursos financeiros comparáveis, produziu uma tal galáxia de génios como a que é representada pelos nomes de VIDAL DE LA BJACHE, GALLOIS, BRUNHES, DEMANGEON, DE MARTONNE, BLANCHARD, BAULIG, SIEGFRIED, CHOLLEY, SORRE e tantos outros» (7).

A vitalidade dessa escola permitiria que, mesmo no período de guerra, continuassem em desenvolvimento os estudos geográficos.

2. No fim da última grande guerra estava tudo desorganizado. O secretário-geral da UGI, PAUL MICHOTTE, tinha morrido; MARGUERITE LEFÈVRE tomara o lugar, depois de recuperados os arquivos que tinham sido transportados de Lovaina para Berlim, durante a ocupação da Bélgica. Foi preciso recomeçar tudo e a UGI reapareceu com a seguinte constituição: EMMANUEL DE MARTONNE (França), como presidente; H. J. FLEURE (Grã-Bretanha), primeiro vice-presidente; R. ALMAGIÀ (Itália), W. E. B. BOERMAN (Holanda), G. B. CRESSEY (E. U. A.), E. ROMER (Polónia), como vice-presidentes; M. LEFÈVRE (Bélgica), secretário-geral. A primeira reunião da comissão executiva realizou-se em Londres, em Julho de 1946: e a UGI tomou uma nova dimensão.

Se, por um lado, a guerra interrompeu, enquanto durou, a série de congressos de geografia, por outro lado, ela veio alargar o seu campo e promover a sua internacionalização. Exceptuando o Congresso de Lisboa, no mesmo estilo dos de antes da guerra, as reuniões posteriores seriam marcadas pela presença dominante dos E. U. A., pelo aparecimento de outros países com contribuições importantes (Rússia, países Escandinavos, Japão, etc.) e de países acabados de constituir, pelo predomínio da língua inglesa nas comunicações e nas discussões. A geografia deixa de ser europeia, em especial da Europa ocidental, como fora até aí, para se tornar verdadeiramente internacional (8).

Primeiramente marcado para Setembro de 1948, o Congresso de Lisboa só se realizou em 1949. Mas, antes disso, tiveram de se reorganizar as actividades das comissões, o que foi possível graças ao amparo e auxílio financeiro oferecidos pela UNESCO (criada em 1946 e, desde então, oferecendo colaboração ao CIUC/ICSU) e à extraordinária actividade desenvolvida por alguns geógrafos. Por não ter apresentado resultados redigidos, a comissão mais antiga, do «estudo do habitat rural», criada em 1925, no Cairo, foi substituída por uma nova comissão, para o estudo das formas do povoamento. A comissão para o estudo dos terraços (instituída em 1926), para a qual o seu presidente, D. JOHNSON, projectara, em 1938, a organização de equipas para trabalharem nas duas margens atlânticas e um inquérito acerca dos métodos de trabalho em vários países, veria logrados os seus objectivos pela guerra e por morte daquele cientista, se o novo presidente, H. BAULIG, não tomasse com entusiasmo toda a responsabilidade do programa de actividades. A este geógrafo se deve a redacção do texto que, com as observações feitas por diversos estudiosos da matéria, constituiu o VI.º Relatório da Comissão (9). A comissão de cartografia das superfícies de aplanção (criada em 1931), presidida por EMMANUEL DE MARTONNE, também apresentou trabalhos importantes (10). Menos felizes foram as comissões para o estudo das variações climáticas e do povoamento. Apesar de todas as dificuldades criadas pela guerra e pelo isolamento em que os geógrafos tiveram de viver, os resultados foram notáveis. M. LEFÈVRE referiu-se a eles da seguinte maneira, na assembleia geral da UGI, em Lisboa: «não se deve esperar que os trabalhos das comissões tragam soluções definitivas para os grandes problemas geográficos..., mas estabelecer no momento propício uma *mise au point* objectiva do estado das investigações..., de fazer luz sobre a causa de divergências... e, se necessário, orientar as investigações em novos caminhos» (11).

A organização do congresso de Lisboa não foi fácil, logo depois da guerra, quando ainda se faziam sentir os seus efeitos (12). Ao esforço enérgico do secretário da comissão nacional portuguesa, ORLANDO RIBEIRO, se deve a renovação da tradição dos congressos de geografia. A recompensa desse esforço traduziu-se na elevada afluência de participantes e no brilhantismo com que decorreram as sessões do Congresso. De 779 inscrições, 163 foram de portugueses, 118 de franceses, 118 de brasileiros, 58 de norte-americanos, 45 de ingleses, 44 de suíços, 41 de italianos, 38 de espanhóis, etc., ao todo representando 37 países, onde se incluíam

a China e o Japão. Os trabalhos foram apresentados em sete secções: cartografia (presidida por J. K. WRIGHT, dos E. U. A.); geografia física (A. G. OGILVIE, da Grã-Bretanha); biogeografia (H. GAUSSEN, da França); geografia humana e económica (L. DUDLEY STAMP, da Grã-Bretanha); geografia da colonização (CH. ROBEQUAIN, da França); geografia histórica e história da geografia (R. ALMAGIÀ, da Itália); metodologia, ensino e bibliografia (A. CHOLLEY, da França). Quatro volumes impressos, com datas de 1949 e 1950, reuniram 206 comunicações (13). Durante este congresso tiveram lugar duas assembleias gerais da UGI. Na primeira, o presidente da União, EMMANUEL DE MARTONNE traçou o programa do congresso e o secretário-geral, M. LEFÈVRE, apresentou um relatório completo dos trabalhos da União depois do 15.º Congresso. Na segunda assembleia geral, realizada em 15 de Abril, foram aprovadas várias resoluções importantes, tais como: supressão de duas comissões de estudo — variações climáticas e fototopografia aérea; criação de quatro comissões — utilização da fotografia aérea, planificação regional, morfologia periglacial e erosão dos solos; além destas, ainda outras três comissões «de informação e de relações» para o mapa-mundo na escala 1:1 000 000, para a geografia médica, para o inventário mundial das formas de utilização do solo. Todas as sessões decorreram nas instalações do Instituto Superior Técnico de Lisboa; além das destinadas à apresentação e discussão de comunicações, realizaram-se exposições de cartografia e excursões na área da cidade de Lisboa e por diversas regiões do País, incluindo a Madeira, cuidadosamente organizadas e dirigidas (14). Na sessão de encerramento do congresso, EMMANUEL DE MARTONNE foi eleito presidente vitalício da UGI, título jamais concedido a qualquer personagem, em retribuição da sua devoção à causa da União. A nova comissão executiva ficou assim constituída: presidente vitalício, EMMANUEL DE MARTONNE; presidente, G. B. CRESSEY (E. U. A.); 1.º vice-presidente, M. LEFÈVRE (Bélgica); vice-presidentes, R. ALMAGIÀ (Itália), B. BOESCH (Suíça), G. H. KURIYAN (Índia), C. LEITE DE CASTRO (Brasil), O. RIBEIRO (Portugal), L. D. STAMP (Grã-Bretanha); secretário-geral, C. KIMBLE (Canadá).

O Congresso de Lisboa marcou, como dissemos anteriormente, o fim de uma época na história dos congressos de geografia: o centro de gravidade do mundo geográfico deixa de estar na Europa; as delegações mais numerosas deixarão também de ser as europeias. A máquina de propaganda americana é posta ao serviço da UGI entre 1949 e 1952; o seu presidente, com subsídios concedidos pela UNESCO, nesse espaço de tempo percorreu 38 países, a fim de estabelecer contactos pessoais com os geógrafos e tornar conhecida a União. Entretanto, também as comissões de estudo desenvolveram uma grande actividade, acumulando resultados para a elaboração dos respectivos relatórios. E assim, em 1952, realizou-se o 17.º Congresso, em Washington, com 1230 participantes de 42 países. As sessões de trabalho, cada uma com um ou dois presidentes estrangeiros e um secretário americano, foram as seguintes: biogeografia; climatologia; geomorfologia; hidrografia; cartografia; demografia e geografia cultural; geografia histórica e política;

geografia regional; recursos, agricultura e indústria; ensino da geografia; comércio e transportes; habitat rural e urbano. Embora a geografia física apenas contasse 63 comunicações, contra 121 de geografia humana, as suas sessões foram mais vivas, com discussões sobre os níveis de erosão, sobre a morfologia periglaciária, sobre a regiões áridas, etc. Uma organização perfeita assegurava a tradução simultânea em três línguas; exposições notáveis, excursões e conferências contribuíram para o êxito da reunião; pela primeira vez apareceu a novidade dos «simpósios», um sobre «A África Tropical», outro sobre «Recursos Alimentares do Globo». Ao invés do que se fizera anteriormente, da escolha dos membros para a comissão executiva da UGI entre os países mais activos, desta vez ela recaiu sobre os grandes conjuntos de regiões geográficas. Interessante notar que, nessa altura, um inquérito efectuado pela UGI registava 5141 geógrafos interessados nos problemas de geografia regional, 4423 em geografia humana, 2038 em geografia física e 922 em metodologia da geografia.

Antes de terminado o congresso, a assembleia geral teve de escolher entre o Rio de Janeiro, Edimburgo e Viena para a futura reunião internacional. A preferência foi dada à primeira daquelas cidades; seria o primeiro Congresso Internacional de Geografia na América do Sul e o 18.º na série destas reuniões. Realizado em 1956, foram recebidas mais de 300 comunicações, apresentadas através de treze secções: cartografia e fotogeografia; geomorfologia; climatologia; hidrografia; biogeografia; geografia humana; geografia da população e do povoamento; geografia médica; geografia agrária; geografia da indústria, do comércio e dos transportes; geografia histórica e política; metodologia, ensino da geografia e bibliografia; geografia regional. Apesar da distância, acorreram cerca de 1080 participantes, de meia centena de nações. A U. R. S. S., que já pedira a sua admissão na União, fez-se representar pela primeira vez, bem como outras repúblicas populares, com excepção da Alemanha Oriental e da China Continental. Também aderiram à União a Etiópia, a Hungria e a Islândia. Além das sessões de leitura e discussão das comunicações, e dos trabalhos das comissões, foram organizados dois simpósios, consagrados aos «Problemas dos campos nas regiões tropicais» e à «Contribuição da Geografia ao planeamento regional de áreas tropicais», sessões de filmes, conferências, exposições de mapas, livros e revistas, excursões (as excursões grandes foram em número de nove), etc. «As sessões reservadas aos temas gerais de geografia humana (dezoito comunicações) atraíram um público menos numeroso. A geografia física, mais particularmente a geomorfologia e, precisamente, os aspectos mais recentes desta, atraíram com força crescente o interesse dos geógrafos» (15). Ao contrário dos congressos anteriores, em que se procurou reduzir o número de comissões, para se evitar a dispersão de esforços, os congressos de Washington e do Rio de Janeiro ampliaram o número desses órgãos de trabalho, por um lado porque tiveram recursos financeiros mais avultados, por outro lado, porque era necessário abarcar os problemas novos que surgiam a cada passo e, até, porque se tornava

importante fazer participar nas actividades da UGI os geógrafos dos países novos.

O 19.º Congresso Internacional (décima assembleia geral da UGI, depois da sua criação em 1922) reuniu em Estocolmo, em 1960. Na realidade, foi um congresso «Norden», porquanto aos cinco países nórdicos (Suécia, Noruega, Finlândia, Dinamarca e Islândia) coube a honra de receberem os geógrafos de todo o Mundo. O programa desenrolou-se em três fases: 1) Excursões e simpósios nos países organizadores, durante 15 dias ;2) Reuniões em Estocolmo, de 5 a 13 de Agosto, para apresentação e discussão de comunicações, reuniões das comissões e assembleias gerais da UGI; 3) Excursões e simpósios depois do congresso em que, tal como nas que se realizaram antes do congresso, foram tratados, sobretudo, problemas de geografia regional, assuntos ligados ao mundo rural, às glaciações, às formas litorais. Oito tiveram lugar para lá do círculo polar, uma das quais em Spitzberg. Cerca de 1350 pessoas se inscreveram; o volume de *Abstracts of Papers* safu com perto de 700 resumos de comunicações, isto é, duas vezes mais que os do Congresso do Rio de Janeiro, distribuídos por nove secções e quinze comissões! A participação de novos países também foi maior. A diversidade dos assuntos apresentados, a especialização cada vez mais diversificada em cada um dos ramos da Geografia, demonstraram a necessidade mais urgente de assegurar a unidade desta ciência e o espírito de colaboração dos seus cultores.

Pasados quatro anos, os geógrafos voltaram a reunir-se, desta vez em Londres, no 20.º Congresso Internacional, em 1964. Tal como no anterior, o congresso foi precedido e seguido de uma semana de simpósios, reuniões e excursões, realizados em várias áreas do Reino Unido. Registou a afluência de 1658 participantes de todos os continentes: Europa (1154 inscrições), América do Norte (376), Ásia (82), África (68), América do Sul (34), América Central (19) e Oceânia (17). No total, mais de 60 países estiveram representados no congresso. Das 908 comunicações remetidas, foram lidas cerca de metade. Não admira pois que, na semana de Londres, chegassem a funcionar dezasseis comissões e nove secções, com sessões espalhadas por diversas salas em sete edifícios da Universidade Técnica! A geomorfologia, tal como já sucedera nos congressos anteriores, ocupou um lugar proeminente, quer pelo nível das comunicações, mais de uma centena (além de fazer parte de muitas outras comunicações de outras secções), quer pela vivacidade das discussões de problemas importantes. Muitas excursões na cidade de Londres e na sua região, exposições de livros e de mapas geográficos, conferências e projecções de filmes, etc., encheram um programa demasiado denso e difícil de seguir. Na reunião da assembleia geral da UGI foi aceite o convite da União Indiana para se realizar em Nova Deli o congresso de 1968, o primeiro a ter lugar no continente asiático.

3. Momentos de encontro e de confraternização de geógrafos provenientes de várias partes do Mundo, os congressos tornaram-se, com o decorrer dos tempos, em grandes e complexas reuniões extremamente

onerosas, frequentadas por mais de milhar e meio de pessoas — participantes, acompanhantes e outros. Se em 1871 o total de participantes foi de 600, se em anos seguintes a média andou em torno deste valor (quadro I), desde o 17.º de Washington, 1952, os totais passaram a ultrapassar o milhar, correspondendo os valores mais baixos àqueles que se realizaram em locais mais distantes dos grandes centros europeus: Rio de Janeiro (1956, com 1084 participantes), Nova Deli (1968, e 1172), Tóquio (1980, e 1433), Sydney (1988, e 1193). O de Montréal (1972), com 2922 participantes, ultrapassaria todos; deste valor apenas se aproximaria o de Moscovo, em 1976, com 2613 (quadro I).

Este surto de participantes tem trazido, como seria de esperar, dificuldades cada vez maiores para a resolução dos inúmeros problemas associados à realização dos congressos. Neste sentido, a comissão canadense soube desembaraçar-se brilhantemente, fazendo face às difíceis tarefas ligadas à organização de um programa vasto e variado de simpósios, reuniões de comissões, excursões, conferências e projecções de filmes, antes e depois das sessões fundamentais, em vários pontos do Canadá, de norte a sul e de oeste a leste. Um jornal diário dava conta dos principais acontecimentos do Congresso; reforçava assim o elo entre os congressistas.

Mantendo-se algumas tradições já antigas, foram continuadas outras mais recentes (o caso dos simpósios, que ganharam verdadeira expressão no Congresso de Estocolmo, 1960, enquanto no Rio de Janeiro apenas tiveram lugar dois) e apareceram inovações interessantes, como os *ateliers* ou *workshops*, isto é, sessões de demonstração da aplicação de técnicas novas, como as de teledeteção e de informatização. Os títulos de novas comissões (selecção e tratamento da informação geográfica; processos e características da urbanização; processos geomorfológicos actuais; tipologia agrária; aspectos regionais do desenvolvimento económico) e de secções (biogeografia e pedologia; teoria geográfica e representação cartográfica) mostram como os congressos reagem favoravelmente às novas orientações dos estudos geográficos e à preocupação de definir os aspectos conceptuais e metodológicos dessas inovações. No dizer de PH. PINCHEMEL, «os congressos permitem seguir a evolução da Geografia (...). Cada Congresso corresponde a um momento, fotografado em instantâneo, da história da Geografia» (16).

Festejaram-se em Montréal o centenário do que foi o 1.º Congresso Internacional (em Antuérpia, 1871) e o 50.º aniversário da UGI; quase na mesma altura tiveram lugar o 12.º Congresso Internacional de Fotogrametria e o 24.º Congresso Geológico Internacional. A fim de se tentar obter uma imagem da opinião dos participantes sobre a qualidade do Congresso, foi lançado um inquérito. Dos 2120 boletins distribuídos foram recebidas 880 respostas (700 de participantes de formação anglófona e os restantes de formação francófona), de 62 países diferentes: cerca de 61 p. 100 viviam na América do Norte, 25 na Europa (incluindo a URSS), 7 em Africa, 5 na Ásia e os restantes nas outras grandes áreas. Cerca de 3/4 dos que responderam faziam parte de comunidades universitárias. De qualquer forma, as opiniões foram extremamente favoráveis, embora

muitos se mostrassem contrários à simultaneidade de sessões, excursões e outras actividades, o que tornava difícil o acompanhamento de mais de um tema.

Moscovo e Tóquio foram as cidades de realização dos dois congressos seguintes, o 23.º e o 24.º, tão importantes como os anteriores. O 25.º teve lugar em Paris, mas a organização envolveu os países alpinos (França, República Federal da Alemanha, Austria, Suíça e Itália). Foram apresentadas cerca de 800 comunicações, divididas por mais de trinta temas englobados em secções (ambiente natural; natureza e sociedade; espaço e sociedade; desenvolvimento e planeamento; educação, formação e profissionalização; informação, documentação, métodos), simpósios gerais (os problemas da montanha; geografia e ambiente) e *ateliers*. Estes debruçaram-se sobretudo nos problemas de cartografia e geografia, e os meios audiovisuais em geografia. De igual modo se realizaram encontros e excursões antes e depois das sessões de Paris, exposições de publicações geográficas (livros, revistas, cartas, atlas, globos, etc.), computadores e programas de interesse geográfico, etc.

El, pela primeira vez, teria lugar um Congresso na Oceania: o 26.º, em Sydney, 1988, o mais recente da longa série de tais reuniões internacionais. Dos 88 países membros da UGI mais de 2/3 fizeram-se representar no Congresso, cuja cerimónia inaugural decorreu na célebre sala de concertos da Ópera de Sydney. Por ser acontecimento ainda recente vale a pena alongar o texto com referências pormenorizadas.

Estiveram no Congresso 1193 participantes, sendo as delegações maiores, depois da Australiana (274), as dos EUA (189), do Canadá (81), do Japão (73), da Grã-Bretanha (67) e da República Federal da Alemanha (53). Antes e depois das sessões de Sydney decorreram reuniões de trabalho e excursões em várias partes da Austrália, da Nova Zelândia e da Papua-Nova Guiné. Não deixa de ser interessante recordar quais eram os países membros da UGI à data do Congresso, distribuídos pelos principais continentes (quadro II). Num total de 88, a Europa e a África tinham o mesmo número de membros (26 cada), seguidas da Ásia (20) e da América (14); apenas 2 eram da Oceania — Austrália e a Nova Zelândia.

As sessões gerais revestiram as formas de reuniões de secções, de simpósios e de plenários. Estando as primeiras reproduzidas no quadro III, com os tópicos principais, os segundos tiveram como temas lições de sobrevivência humana — testemunhos do Quaternário; geografia e ciência global; terras marginais, desenvolvimento e exploração; Malthus e o século XXI; o século pacífico — as geografias futuras da reestruturação global; gestão do ambiente — interesse nacional *versus* responsabilidade internacional; Antártica; e ainda um simpósio em conjunto com a União Internacional de Sociedades Psicológicas sobre ambiente e comportamento — direcções futuras de investigação. Os plenários, com textos introdutórios de diversos especialistas, foram animados por temas como, a evolução da paisagem na Austrália (C. D. OLLIER); a diversidade da Geografia — fraqueza ou vantagem (P. CLAVAL); as bases fundamentais

QUADRO II

Países membros da UGI em Julho de 1988

Europa	Américas	África	Ásia	Oceania
Austria	Argentina	Africa do Sul	Bangladesh (1)	Austrália
Bélgica	Brasil	Argélia (1)	China (Beijing)	
Bulgária	Canadá	Benim (1)	China (Taipei)	Nova Zelândia
Checoslováquia	Chile	Botswana (1)	Coreia	
Chipre	Colômbia (1)	Camarões	Filipinas (1)	
Dinamarca	Costa Rica	Chade (1)	Hong Kong	
Espanha	Cuba	Costa do Marfim (1)	Índia	
Finlândia	Equador (1)	Egipto	Indonésia	
França	E U A	Ghana (1)	Irão (1)	
Grã-Bretanha	Guatemala	Madagascar (1)	Israel	
Grécia	Jamaica (1)	Malawi	Japão	
Holanda	México	Marrocos	Líbano (1)	
Hungria	Venezuela (1)	Moçambique (1)	Malásia (1)	
Irlanda		Nigéria	Nepal (1)	
Islândia		Quênia (1)	Paquistão	
Itália		Ruanda (1)	Singapura	
Jugoslávia		Senegal (1)	Síria (2)	
Noruega		Serra Leoa	Tailândia	
Polónia		Sudão	Turquia	
Portugal		Tanzania		
República Democrática da Alemanha		Togo (1)		
República Federal da Alemanha		Tunísia (1)		
Roménia		Uganda		
Suécia		Zaire (1)		
Suíça		Zâmbia (1)		
U R S S		Zimbabué		

(1) Países que deviam subscrições há mais de 3 anos; (2) País que pediu suspensão de membro.

da geografia australiana (J. M. POWELL); história do ambiente global — interação e mudança no sistema geosfera-biosfera (T. SPENCER); ecossistemas em transição — a experiência da Austrália e da Nova Zelândia (P. HOLLAND e S. OLSON); progressos e desafios da investigação geográfica (J. MONK); o quarto vazio do Globo — povoamento e desenvolvimento (R. G. WARD); e África — após um falso começo (A. L. MABOGUNGE).

QUADRO III

Secções e tópicos principais do 26.º Congresso Internacional de Geografia

Secções	Títulos	Tópicos principais	Secções	Tópicos principais
A	Geomorfologia	Movimentos de massa; vertentes; geomorfologia litoral, árida, glaciária, tectónica, fluvial e cársica.	H	Geografia Cultural
B	Climatologia, Hidrologia, Oceanografia, Glaciologia	Climatologia global e regional; microclimatologia, climatologia urbana e climatologia aplicada; hidrologia; desenvolvimento do processamento de informação.	I	Geografia Agrícola e Povoamento rural
C	Biogeografia e Pedologia	Varição biogeográfica e ecologia; descrições de solos, lateritos e silcretos; gradientes e mudanças biogeográficas; processos pedológicos e problemas.	J	Geografia Urbana
D	Geografia Histórica	Geografia urbana histórica (juntamente com a secção J); geografia histórica da gestão de recursos; história do pensamento geográfico.	K	Geografia da Educação
E	Geografia Económica	Desenvolvimento e gestão de recursos naturais; trabalho e comunidade numa era de reestruturação global; informação, o sector público e planeamento; turismo e recreação; transporte e comunicação; geografia das actividades comerciais e geografia industrial.	L	Teledeteção, Cartografia, Sistemas de Informação Geográfica
F	Geografia da População	Migrações (em conjunto com as secções G e H); saúde, doença, velhice e distribuição; distribuição e medidas.	M	Gestão e conservação do Ambiente
G	Geografia Social	(Tópicos discutidos com as secções F e H).	N	Geografia Política

Percepção; valores culturais e povoamento; artefactos e cultura; limites de cultura; género e geografia.

Capitalização, produção e deslocação de trabalho; unidades de produção rural e desenvolvimento rural; avanços tecnológicos e produção de modelos em geografia; investigação e prospectiva.

Diferenciação e planeamento urbano; Cidades do Terceiro Mundo; planeamento e políticas (Sessão conjunta com o G).

Tecnologias da informação no ensino da geografia; aprendizagem e geografia; educação geográfica contemporânea; direcções futuras em educação geográfica.

Teleciência; cartografia; análise da informação geográfica; aplicação de sistemas de informação geográfica; teledeteção temática.

Poliuição e degradação das terras; riscos naturais; gestão do ambiente; conservação e impacto ambiental.

Conflitos, processos eleitorais e o Estado.

Já é tradição antiga que, entre os congressos, decorram acções conjuntas, participadas por geógrafos de vários países, sobre temas específicos. Assim, no período de 1984-1988, funcionaram 14 comissões, 17 grupos de trabalho e 12 grupos de estudo que, no conjunto, tiveram 1188 encontros e publicaram cerca de 140 trabalhos científicos. Os resultados dessas actividades constituem parte importante dos congressos e traduzem sobretudo o papel de relevo que cabe à União Geográfica Internacional.

Também são de realçar as Conferências Regionais que se realizam entre Congressos Internacionais desde 1955, por iniciativa do Prof. L. DUDLEY STAMP. A primeira teve lugar no Uganda (1955) e as seguintes no Japão (1957), na Malásia (1962), no México (1966), na Hungria (1971), na Nova Zelândia (1974), na Nigéria (1978), no Brasil (1982) e em Espanha (1986). Várias destas conferências foram organizadas em torno de um tema central, mas outras tiveram agendas muito diversificadas. A mais recente foi em Beijing, China, em 1990.

Através da UGI a geografia está ligada a projectos internacionais de escala global. Assim sucede com o programa Internacional sobre as Modificações do sistema Geosfera-Biosfera, lançado pelo Conselho Internacional das Uniões Científicas (CIUC/ICSU), cujos objectivos fundamentais são os de «descrever e compreender os processos interactivos físicos, químicos e biológicos que regulam o sistema total terrestre, o ambiente único que ele proporciona para a vida, as modificações que estão a correr nesse sistema, e a maneira como estão a influenciar as acções humanas». As três componentes maiores do Programa são a elaboração de modelos de processos do sistema a escalas regional e global; a observação e acompanhamento de fenómenos-chaves no Globo; e a verificação de efeitos de modificações globais nos nossos recursos. Tal como se encontra definido ele interessa mais aos geógrafos físicos, bem como àqueles que se debruçam sobre os aspectos metodológicos em domínios da teledeteção, dos sistemas de informação geográfica e de acompanhamento geográfico de fenómenos da superfície terrestre. Em relação à geografia humana, haverá certamente muito a dizer em termos de geografia histórica das modificações no Globo, nomeadamente no que diz respeito à utilização dos solos. Mas o Programa ganhará outro interesse dos geógrafos se tivermos em conta que o homem pode ser considerado, ele próprio, um factor importante das modificações do sistema geosfera-biosfera.

É este o sentido do Programa das dimensões Humanas das Modificações do Globo, sob os auspícios da Universidade das Nações Unidas, do Conselho Internacional das Ciências Sociais e da Federação Internacional de Institutos de Estudos Avançados, estabelecido depois de uma série de encontros que culminaram no Simpósio Internacional sobre as Respostas Humanas às Modificações do Globo, organizado pela UNU, em Tóquio, Setembro de 1988. Pretende-se que este Programa siga em paralelo e seja complementar do anterior. Os seus objectivos são os

de melhorar a compreensão científica e a crescente consciencialização em torno dos dinamismos complexos que governam a interacção humana com o sistema total terrestre; implementar os esforços e estudar, explorar e prever modificações sociais que afectem o ambiente global; identificar estratégias sociais amplas que possam evitar ou mitigar os impactos indesejáveis das modificações do Globo, ou ajudar a adaptação a modificações que são já inevitáveis; analisar opções para fazer face ao ambiente global e promover as metas de desenvolvimento possível. Para serem alcançados tais objectivos, o Programa aponta várias actividades. A Comissão organizadora do Programa escolheu cinco tópicos interdisciplinares para chamada de atenção: 1. estratégias para responder às alterações climáticas, com especial referência às medidas para a redução de emissões de dióxido de carbono, de modo a serem obedecidos os limites definidos pela recente Conferência «Changing Atmosphere», de Toronto; 2. métodos de aplicação de taxas de risco e identificação de áreas especiais de vulnerabilidade social e física no mundo; 3. reestruturação industrial e análises de «metabolismo»; 4. dimensões legal, ética e institucional da gestão de áreas comuns; 5. modelos, dados e conceitos para um programa global.

Também em 1988 teve lugar a primeira reunião do Projecto da UGI intitulado *Global Database* que, como o nome indica, destina-se a construir bancos de dados a escalas globais, numa base multidisciplinar. Estão estabelecidas as principais linhas de actuação para a concretização do projecto, cuja importância é indiscutível.

Outro programa em que a UGI procura manter os geógrafos interessados é o do Homem e a Biosfera (MAB), da UNESCO, desenvolvido a partir da experiência do Programa Biológico Internacional, estabelecido em 1971 e lançado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972. Como os outros, é um programa internacional, de pesquisa e de formação, cujos objectivos fundamentais são os de fornecer conhecimentos científicos e pessoal qualificado para a gestão dos recursos naturais, tendo em vista um desenvolvimento racional e durável. O MAB estuda não apenas o impacto do homem sobre o ambiente, mas também as repercussões das modificações ambientais sobre o tomem; procura, por outro lado, desenvolver uma compreensão global e interdisciplinar para a investigação científica, em função das necessidades concretas das comunidades regionais e locais. Ora, as 112 comissões do MAB e as 88 da UGI podem estabelecer laços estreitos de cooperação nos planos da informação científica (descrição das componentes e do dinamismo das regiões) e dos trabalhos de aplicação do conceito de desenvolvimento durável na valorização dos recursos.

No Congresso de Sydney outro acontecimento de relevo foi o da aprovação de alterações dos Estatutos da UGI de modo a dar-lhe maior capacidade de actuação. A constituição de comissões e grupos de trabalho mereceu especial atenção, o que é perfeitamente compreensível, dada a importância que revestem as suas actividades. Terminamos esta parte com um quadro em que se resumem os seus objectivos (quadro IV).

QUADRO IV

Comissões e Grupos de trabalho da UGI, 1988-1992

Títulos e objectivos principais

1. *Educação e geografia* — Formular linhas directivas internacionais para a educação geográfica, que possam servir quer de princípios, quer de modelos na elaboração de documentos fundamentais de planeamento para a formação de professores, quer para a preparação de programas e materiais didácticos; promover, à escala internacional, a importância do desenvolvimento de programas escolares em geografia, tanto a nível elementar, como a nível secundário; colaborar, em conjunto com outras organizações, no desenvolvimento da geografia, por meio de conferências, *ateliers* e simpósios; prosseguir trabalhos de pesquisa em educação geográfica que sejam orientados para uma audiência internacional de professores de geografia.
2. *Observações e previsões geográficas* — Melhorar os métodos de observação geográfica e de previsão; selecção da sequência óptima de observações de análise geográfica com fins múltiplos e predição do estado do ambiente; interpretação das tendências do desenvolvimento de situações regionais e da sua posição relativa entre os problemas ecológicos de importância global.
3. *Medidas, teoria e aplicação em geomorfologia* — Pesquisas comparativas tendo por objectivo integrar as aproximações empíricas e teóricas em geomorfologia.
4. *Geoecologia das montanhas e gestão de recursos* — Estudo dos conflitos na utilização dos solos e gestão de recursos em diferentes regiões de montanha, incluindo a região Himalaia-Ganges, outras áreas no interior do complexo de montanhas e de planaltos da Ásia Central, os Andes, as regiões de montanha e planaltos da África e as regiões de montanha das latitudes médias; abordagem das questões de desenvolvimento, dos riscos naturais em áreas montanhosas e a sua percepção, da situação dos povos de montanha, da estabilidade e da instabilidade de vertentes; pesquisa sobre hipóteses não fundadas.
5. *Geografia da população* — Estudo de alguns problemas importantes da população, tais como as fracas taxas de fertilidade e o envelhecimento nos países desenvolvidos, a transição demográfica observada nos países em desenvolvimento, as migrações internacionais e a evolução das comunidades étnicas; melhoria dos métodos de estudo em geografia da população.

6. *Sistemas urbanos e desenvolvimento urbano* — Estimular e coordenar pesquisas comparativas sobre os problemas urbanos globais e sobre os processos de modificação urbana, bem como reagrupar os investigadores provenientes, por um lado, de economias de mercado e de economias de planeamento centralizado, e, por outro lado, do mundo em vias de desenvolvimento; explorar as dimensões do sistema urbano mundial, insistindo sobre a integração internacional crescente das economias nacionais e urbanas; proceder a análises comparativas das modificações da morfologia das grandes aglomerações metropolitanas; análise das tendências e dos processos de reestruturação da economia urbana; as migrações interurbanas e a redistribuição de populações a diferentes escalas espaciais; os efeitos, nas cidades, das inovações tecnológicas e das telecomunicações; as modificações produzidas pelo sector de serviços e a avaliação das novas políticas urbanas exigidas pelas novas realidades urbanas.
7. *Os sistemas rurais em transição* — Pesquisa, descrição e avaliação das modificações que afectam os sistemas ruro-agrícolas do mundo, correspondendo tanto aos dos países e regiões desenvolvidas, como aos dos espaços menos desenvolvidos; papel e impacto das medidas, legislações e disposições institucionais nas modificações produzidas nos sistemas rurais; medida e produção de modelos das modificações rurais enquanto componentes de estudos sobre a resposta do homem às alterações globais.
8. *O ambiente costeiro* — Dar atenção particular à questão da evolução das costas, ela mesma influenciada, a curto e a longo prazos, por factores naturais e antrópicos; avaliar a resposta humana às modificações que se produzem nas costas; utilizar o conjunto de componentes físicas e humanas da geografia para estudo de exemplos variados de sistemas costeiros dinâmicos, à escala mundial.
9. *A modificação industrial* — Dar atenção particular à melhoria da compreensão dos processos ligados às modificações industriais a diferentes escalas espaciais; importância das modificações tecnológicas, da oferta de mão-de-obra, da organização do trabalho, da internacionalização das actividades económicas e dos diversos actores implicados, tais como as empresas, as instituições financeiras, os governos e os sindicatos; aplicabilidade transcultural das percepções provenientes da compreensão dos processos e dos seus impactos; melhorar o corpo teórico mas também reduzir o fosso que separa a pesquisa académica da definição das políticas de planeamento desejadas, formuladas pelas agências e empresas dos sectores público e privado.

10. *Geografia dos lazeres e da recreação* — Estudar as modificações actuais que se produzem no comportamento dos consumidores e seus efeitos na geografia dos lazeres e no espaço; estudos comparativos interculturais sobre as diferentes maneiras de viver o tempo livre e as suas dimensões espaciais; as infraestruturas necessárias e a intensidade da sua utilização; a percepção e a utilização prática do espaço de lazer na vida quotidiana.
11. *Modelos matemáticos* — Facilitar as permutas internacionais de novos conceitos, modelos, teorias e técnicas quantitativas no interior da geografia analítica; encorajar programas de pesquisas conjuntas entre os indivíduos e grupos em diferentes países, insistindo sobre temáticas teóricas e metodológicas correntes, tais como, por exemplo, sistemas dinâmicos auto-organizacionais e processos de selecção com variáveis descontínuas.
12. *Climatologia* — Estudar, no quadro de três sub-comissões, a) os climas tropicais (interacções entre atmosfera, oceano e superfície terrestre; interacções entre sistemas climáticos tropicais e extra-tropicais, os mecanismos de retroacção e a evolução do ambiente natural, da agricultura, das florestas e dos solos e as condições socioeconómicas); b) as modificações climáticas recentes e a sua variabilidade (análise efectuada a partir de dados compilados com instrumentos; modelos matemáticos, sistemas de circulação atmosférica, análise de dados fornecidos por satélites; o impacto dos processos antrópicos nas modificações climáticas, no passado e no futuro); c) os climas locais (em particular os processos das trocas de energia e de humidade ao nível da interface superfície terrestre-atmosfera; coordenação de experiências visando o estabelecimento de fundamentos de uma carta topoclimática fundamental, com as suas derivadas, que permita a base científica necessária para a melhoria das condições climáticas existentes).
13. *História do pensamento geográfico* — Estudar a história do pensamento e da prática em geografia no interior dos seus diversos contextos históricos e culturais e promover, num plano internacional, uma melhor cooperação intercultural e uma compreensão mútua entre os geógrafos; história do pensamento geográfico nas suas relações sociedade-ambiente em diferentes culturas e nas percepções e modelos de utilização da natureza nas diferentes civilizações; prosseguimento de pesquisas a partir da documentação de arquivos.
14. *Saúde e desenvolvimento* — Encorajar pesquisas dizendo respeito a aspectos geográficos das relações entre o desenvolvimento e a saúde e isto, muito particularmente, em países em vias de desenvolvimento.

15. *A carta política do Mundo* — Estudar o papel de estratégias territoriais e espaciais na criação de estados e de nações; variações geográficas na natureza do estado e dos processos políticos; os fundamentos geográficos do regionalismo, do nacionalismo e dos movimentos que lhes estão associados; os conflitos internacionais; os padrões eleitorais e a sua evolução; o estado local; a geografia política na educação geográfica; a geografia política do século XXI.
16. *Geografia e administração pública* — As consequências espaciais da reestruturação económica dos sistemas administrativos; as novas realidades para os governos locais; a administração e a prestação de serviços colectivos; o regionalismo, o nacionalismo de carácter étnico e os governos sub-estatais; as estratégias de desenvolvimento administrativo; o impacto do ambiente na administração territorial.
17. *Geografia das actividades comerciais* — Estudos comparativos relativos a *a)* o papel das autoridades públicas e consequências geográficas da legislação comercial; *b)* as atitudes dos consumidores e seus efeitos sobre a mobilidade das populações e sobre as modificações dos estilos de vida; *c)* o papel desempenhado pelo comércio enquanto elemento da organização especial a diferentes níveis — regional, urbano e rural; *d)* o papel desempenhado pelas estratégias das corporações e as modificações observadas na repartição espacial das actividades comerciais.
18. *Geografia das comunicações e telecomunicações* — Planeamento, estabelecimento de preços, territórios; logística, empresas e telecomunicações internacionais; organização espacial/regionalização das empresas; serviços para as regiões; funções terciárias, cidades e comunicações; comunicações audiovisuais e territórios; telecomunicações internacionais (modelos, crescimento, factores); redes de informação, telecomunicações para a gestão de serviços municipais, telecomunicações e cidades; estudo da distribuição de sons no espaço; a geografia histórica das redes de telecomunicações; aspectos espaciais da gestão de empresas de telecomunicações (geoconomia das redes, a possibilidade de distribuição das redes, os produtos e os serviços das telecomunicações profissionais; os transportes e as telecomunicações).
19. *Geografia do mar* — As modificações da geopolítica e da geoestratégia dos oceanos; os recursos biológicos do mar; os recursos de energia e os minerais; a gestão dos fundos submarinos e dos mares litorais, e em particular dos mares semi-fechados; os tipos de utilização dos mares e seus efeitos no ambiente; as consequências das actividades terrestres no mar.

20. *Os meios periglaciários* — Estudar, quer no terreno, quer em laboratório, a dinâmica dos processos da acção do gelo e a natureza das formas de terreno e dos sedimentos resultantes; reconstrução paleogeográfica dos ambientes frios do Quaternário.
21. *Sistemas de informação em geografia* — Promoção das actividades científicas internacionais relativas a todos os aspectos da manipulação de dados espaciais; apadrinhamento de reuniões científicas de alto nível sobre sistemas de informação; difusão de conhecimentos relativos aos SIG, por meio de publicações, de programas de formação, e isso em colaboração com outras organizações internacionais; promoção de elementos críticos da infra-estrutura científica que possa ajudar os científicos e os não-científicos no seu trabalho ligado à tecnologia dos SIG.
22. *Terceiro Mundo e desenvolvimento* — Estudo do impacto de reformas económicas e de reestruturação global na reorganização do espaço nacional e nas novas formações urbanas do Terceiro Mundo; a tecnologia, os grandes aspectos urbanos e as novas formas de dependência; a industrialização de alta tecnologia e a organização territorial do mercado de trabalho no Terceiro Mundo; a produção e a distribuição alimentar regional durante o período de urbanização rápida nos países do Terceiro Mundo; a organização territorial das regiões periféricas nos países socialistas; a «questão» regional e os movimentos sociais no Terceiro Mundo.

1. *Os riscos geomorfológicos súbitos* — Proceder a inventários e levantamentos sistemáticos dos perigos geomorfológicos em cada um dos países, inventários cuja actualização se terá de fazer regularmente; produção de cartas geomorfológicas da repartição e da intensidade dos principais riscos naturais em cada um dos países, e isto com base num entendimento internacional; coligir bibliografias de documentos de investigação, os mais recentes e importantes, relativos a riscos naturais, em diferentes línguas.
2. *As velhas regiões industriais* — Estudo dos processos, das formas e das consequências das mutações que afectam todas as regiões do mundo que tiveram uma industrialização antiga e estabelecimento de uma prospectiva sobre o seu futuro a curto e a médio prazos. Com isso o grupo pretende estudar formas de substituição, de adaptação mais ou menos possível às novas tecnologias, de reorganização tecno-económica e espacial, efectuando comparações entre os modos de integração, os actores e decididores do reordenamento, o êxito e a falência da reconstrução das empresas, dos edifícios e dos postos de trabalho, as transformações dos mercados de emprego e da mobilidade (rela-

ções emprego-residência). Deseja ainda estudar as transformações do comportamento das populações em face do desemprego, do desaparecimento de actividades tradicionais e dos movimentos migratórios.

3. *Sistemas de produção alimentar e pesquisas sobre a fome no mundo* — Encorajar e coordenar pesquisas sobre os aspectos geográficos de problemas ligados à fome e à alimentação; promover trabalhos a diferentes escalas, global, nacional, regional e local; discutir questões históricas, teóricas, metodológicas, empíricas e de planeamento; analisar a produção alimentar, os sistemas de distribuição e de consumo em condições económicas e ecológicas frágeis; examinar as capacidades de reacção de sistemas alimentares em face das fomes, para assegurar as suas possibilidades de progresso económico.
4. *Masculino/feminino e geografia* — Privilegiar pesquisas internacionais comparadas com o objectivo de melhorar as tentativas conceptuais e metodológicas adequadas para a melhor compreensão do papel desempenhado pelos géneros em geografia, no quadro de uma economia mundial em emergência e mais complexa.
5. *Geografia histórica das modificações mundiais do ambiente* — Desenvolver estudos interdisciplinares sobre as dimensões espaço-temporais das modificações ambientais globais produzidas quer pelas flutuações naturais da biosfera, quer pela acção humana.
6. *As modificações do ambiente nas regiões cársicas* — Intensificar o estudo das modificações ambientais nas regiões cársicas do mundo; analisar o impacto humano no quadro dos ecossistemas cársicos naturais; elaborar as melhores técnicas para verificação das modificações e recolha de dados; classificar as áreas cársicas, segundo o seu grau de fragilidade em relação ao impacto humano, nas escalas local, nacional e global.

*

4. «A Geografia é descoberta», foi o lema escolhido para o 27.º Congresso Internacional, para evocar a chegada de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo, há 500 anos, e comemorar o Ano Internacional do Espaço. Insistir-se-á na Geografia como ciência do espaço e do lugar, tendo como objecto os fenómenos naturais e humanos dos lugares e os ambientes do mundo, e que procura compreender as características físicas e culturais dos lugares e as suas implantações naturais na superfície do planeta.

Decorridos 40 anos sobre o 17.º Congresso, Washington receberá de novo geógrafos de todo o Mundo. De acordo com as primeiras informações, haverá sessões plenárias, simpósios, sessões de estudos e outras reuniões, pelas quais se pretendem abordar todos os aspectos das pes-

quisas geográficas de base e aplicadas; uma grande variedade de excursões, antes e depois das sessões de Washington, exposições, projecções de filmes e de vídeos, demonstrações de novos meios técnicos à disposição da geografia, etc. preencherão o período previsto para a primeira quinzena de Agosto de 1992.

O Programa do Congresso, dividido em sete sessões temáticas, evidencia a preocupação de se fazer ressaltar até que ponto as nossas vidas estão integradas, interdependentes e ligadas, com relevo para os maiores empreendimentos tecnológicos e científicos da humanidade: a redução do espaço por revoluções dos transportes, a utilização de máquinas de informação para redescobrir a Terra, e as consequências e repercussões de explorações e descobertas geográficas. Igualmente serão tratados os problemas mais urgentes da humanidade, como os de crescimento da população, da poluição planetária e do esgotamento dos recursos, da relação entre produtos alimentares e a fome, das dívidas nacionais, e da degradação dos direitos humanos.

A transcrição dos principais títulos dará uma ideia da grandiosidade do programa do 27.º Congresso Internacional de Geografia:

- I. Observar e representar a Terra: Diferentes conceitos da Terra (interpretações culturais do lugar e do espaço; cognição espacial; interpretações estéticas da Terra). Representações cartográficas da Terra, dos sistemas de informação geográfica e da teledeteção (cartografia histórica; representações espaciais e técnicas de simbolização; sistemas digitais; fontes e acessibilidade aos dados obtidos por teledeteção; novos métodos e tecnologias para recolher e manipular dados obtidos por teledeteção). Aplicações da cartografia, dos sistemas de informação geográfica, e de teledeteção (no planeamento e análise do ambiente; no planeamento e análise social e económica; na educação oficial e não oficial). Problemas económicos e sociais (problemas de adopção e de utilização da tecnologia). Educação e aprendizagem no domínio da cartografia, dos sistemas de informação geográfica e da teledeteção (esforços de colaboração; ensino nas instituições de ensino superior; o papel do governo e de agências não governamentais na educação e na formação).
- II. Modificações do ambiente: Estruturas e perspectivas para compreender as modificações do ambiente (tentativas de compreensão dos processos do ambiente; do estudo de relações entre o homem e o ambiente; tentativas teóricas para estudar formas específicas das modificações do ambiente). Controlar as modificações — métodos e técnicas (modelos de modificações do ambiente; métodos de reconstrução paleoambiental; controlo directo do ambiente; controlo por utilização de registos históricos; controlo por teledeteção e utilização de sistemas de informação geográfica). Registo de modificações do ambiente (modificações a longo termo, milenárias, à escala global, con-

tinental, regional e local; modificações causadas pelo ser humano; modificações nos contactos entre sistemas biofísicos; regiões cruciais para verificação de modificações contemporâneas do ambiente). As dimensões sociais das modificações do ambiente (impactos de colonizações passadas sobre o ambiente; respostas humanas às modificações do ambiente, registos históricos; as consequências de modificações contemporâneas do ambiente global sobre populações regionais e locais). Respostas políticas face às modificações do ambiente e suas ramificações (as instituições internacionais e as modificações do ambiente, intergovernamentais, multigovernamentais, e não governamentais; acções de empresas e de grupos e modificações do ambiente; reacções políticas nacionais às modificações do ambiente; actividades locais e grupos de interesse público; novas tentativas da protecção do ambiente). Educação geográfica e o ambiente (programas escolares, conceitos e formações para a educação ambiental; educação ambiental sob formas informais e não oficiais).

III. Dinâmicas da economia mundial: Estruturas e perspectivas para compreender a economia mundial (influências culturais e históricas sobre o desenvolvimento de teorias da economia espacial; tentativas contemporâneas do estudo das modificações na economia mundial; a definição e a medida dos conceitos económicos; problemas de escala no estudo da economia mundial). Delimitar e interpretar os processos de modificações e as configurações espaciais em vias de aparecimento (reorganização dos processos de produção; esquemas espaciais em modificação numa economia global integrada; laços entre a reestruturação económica e a configuração do consumo numa economia global). A gestão das mudanças na economia mundial (organizações internacionais e gestão da assistência e da dívida; reestruturação económica e o estado-nação; privatizações das economias capitalistas e não-capitalistas — implicações para as comunidades locais e os subgrupos no interior da população). A educação geográfica e a economia mundial (programas escolares e pedagogia para ensinar economia mundial).

IV. Necessidades, faltas e direitos humanos: Problemas conceptuais e metodológicos (variações culturais e históricas dos conceitos de definição das necessidades, faltas e direitos; aproximação metodológica e conceptual do estudo de necessidades, faltas e direitos específicos). Delimitar e interpretar flutuações mundiais em relação com a qualidade de vida (a base demográfica; a base material; cuidados com a saúde física e moral; segurança pessoal e colectiva; faltas e direitos culturais nas nações e comunidades; modificações em faixas de contactos de sistemas de direitos). Políticas e programas destinados a responder às necessidades, faltas e direitos humanos (actividades de agências internacionais governamentais e não governamentais;

políticas e programas nacionais; iniciativas locais para a protecção da vida e do ambiente; educação geográfica e modificações do conhecimento das necessidades, faltas e direitos do homem).

- V. Ordem e modificação políticas: Estruturas, conceitos e métodos para compreender a ordem política e a alteração política (influências culturais e históricas sobre a natureza de estruturas e a definição de conceitos; tentativas contemporâneas do estudo da ordem e da alteração; tentativas metodológicas da análise da ordem e modificação políticas). Delimitar e interpretar processos e configurações relacionadas com a ordem e a alteração (estabilidade e mudança das relações políticas internacionais; estabilidade e mudança no interior do estado-nação; estabilidade e mudança no interior do estado local). Educação geográfica e conhecimento internacional (programas escolares, conceitos e pedagogia para o ensino do conhecimento internacional; educação geográfica informal e não oficial e o conhecimento internacional).
- VI. Geografia: definir os territórios e atravessar as fronteiras: A geografia no mundo do espírito (a evolução e a persistência de paradigmas e de conceitos geográficos centrais; a importância do espaço e do lugar no pensamento social e ambiental contemporâneo; pontes intelectuais; a geografia e os métodos da ciência moderna). A posição institucional da geografia (a geografia na educação pré-escolar, primária e secundária; a geografia na educação terciária; educação informal e não oficial; centros e institutos de investigação; a geografia no mundo da política e da acção pública; a geografia e o mundo científico).
- VII. A descoberta de novos mundos: o hemisfério ocidental antes de Colombo (o ambiente biofísico; povoamento indígena do hemisfério; compreensão indígena das relações do homem com o ambiente; compreensão do mundo europeu nas vésperas de Colombo). Depois de Colombo (modificação do ambiente; percepções dos ambientes e povos do mundo novo; modificação demográfica; transformações das economias do novo mundo e do velho mundo; transformações culturais). Transformações: causas, consequências e políticas de resposta (problemas ambientais; problemas demográficos; economias de reestruturação; problemas sociopolíticos).

As comissões e grupos de trabalho terão a ocasião de apresentar os resultados das suas investigações de acordo com as orientações estabelecidas e que resumimos no último quadro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) AMARAL, ILÍDIO DO — «A Geografia através dos seus Congressos Internacionais». *Finisterra (Revista Portuguesa de Geografia)*, 1968, III (5), pp. 84-101.
- «22.º Congresso Internacional de Geografia (1.ª Parte)». *Finisterra (Revista Portuguesa de Geografia)*, 1972, VII (14), pp. 292-300.
- «22.º Congresso Internacional de Geografia (2.ª Parte)». *Finisterra (Revista Portuguesa de Geografia)*, 1973, VIII (15), pp. 104-109.
- «24.º Congresso Internacional de Geografia (Japão, 1980)». *Finisterra (Revista Portuguesa de Geografia)*, 1978, XIII (26), pp. 219-226.
- «Publicações recentes no âmbito das actividades da União Geográfica Internacional (UGI)». *Finisterra (Revista Portuguesa de Geografia)*, 1979, XIV (28), pp. 2144-249.
- «Publicações do 24.º Congresso Internacional de Geografia». *Finisterra (Revista Portuguesa de Geografia)*, 1981, XVI (31), pp. 181-185.
- «25.º Congresso Internacional de Geografia». *Finisterra (Revista Portuguesa de Geografia)*, 1981, XVI (31), pp. 185-189.
- LECONTRE, P. — «Histoire de l'Union Géographique Internationale et des Congrès Internationaux de Géographie». *Le Bulletin de Nouvelles de l'UGI*, 1959, X (1-2), pp. 3-20 e 43-65.
- PINCHEMEL, PH. e outros — *La Géographie à travers un siècle de Congrès Internationaux. (Geography through a century of International Congresses)*. Caen, UGI/UNESCO, 1972, 252 p.
- (2) Pela ordem em que foram citados, recordemos,
- RITTER, CARL — *Die Erdkunde im Verhältniss zur Natur und zur Geschichte des Menschen*, teve 1.ª edição em Göttingen, 2 vols., 1817-1818; na 2.ª edição o título foi acrescido com *oder allgemeine vergleichende Geographie, als sichere Grundlage des Studiums und Unterrichts in physikalischen und historischen Wissenschaften*. Berlim, 1822-1859, mas agora num total de 19 volumes com cerca de duas mil páginas.
- HUMBOLDT, ALEXANDER VON — a sua monumental *Kosmos*, em cinco volumes, Tübingen e Estugarda, 1845-1862.
- RÉCLUS, ELISÉE — a sua monumental *Géographie universelle*. Paris, 1875-1894.
- (3) Cit. em AMARAL, ILÍDIO DO — «A Geografia através dos seus Congressos». Lisboa, 1968.
- (4) RIBEIRO, ORLANDO — «Silva Telles, introdutor do ensino da Geografia em Portugal». *Finisterra (Revista Portuguesa de Geografia)*, 1976, XI (21), pp. 12-36.
- (5) TELLES, FRANCISCO DA SILVA — «Ensino Superior de Geografia». *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1934, 7-8, p. 265.

- (6) CHOLLEY, A. — «Le Congrès International de Géographie de Varsovie». *Annales de Géographie*, 1935, 247, pp. 28-36.
- (7) HARRISON-CHURCH, R. J. — «The French School of Geography». *Geography in the Twenty century* (ed. de G. Taylor). Londres, 1962, pp. 70-90.
- (8) HAMELIN, LOUIS-EDMOND — «La Géographie Mondiale, le Congrès de Stockholm et le Canada». *Cahiers de Géographie de Québec*, 1960-1961, 9, pp. 51-62.
- (9) *Sixième Rapport de la Commission pour l'Étude des terrasses Pliocènes et Pléistocènes. Problèmes des terrasses*. Lovaina, 1948, 109 p.
- (10) *Report de la Commission pour la cartographie des surfaces d'aplanissement*. Lovaina, 1949, p. 154.
- (11) *Comptes rendus du Congrès International de Géographie, Lisbonne 1949*: tomo I, *Actes du Congrès. Travaux de la Section I*. Lisboa, 1950, p. 91.
- (12) Entre outras notícias,
 PERPILLOU, A. — «Le Congrès International de Géographie de Lisbonne (Avril 1949)». *Annales de Géographie*, 1950, 314, pp. 81-92.
 WRIGHT, J. K. — «The Sixteenth International Geographical Congress, Lisbon, 1949». *Geographical Review*, 1949, 39 (3), pp. 482-487.
 LAUTENSACH, H. «Der Internationale Geographenkongress zu Lissabon». *Petermanns Geographische Mitteilungen*, 1949, pp. 81-82.
- (13) Tomo I — Actas do Congresso e comunicações da secção I «Cartografia»; tomo II — Comunicações da secção II «Geografia física» e da secção III «Biogeografia»; tomo III — Comunicações da secção IV «Geografia humana e económica»; tomo IV — Comunicações da secção V «Geografia da colonização»; da secção VI «Geografia histórica e história da geografia», e da secção VII «Metodologia, ensino e bibliografia». Ainda um volume com os resumos das comunicações.
- (14) Excursões à Arrábida e a Sintra-Cascais-Estoril; visita do porto de Lisboa; Lisboa e arredores, etc. Seis excursões grandes: A) Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro (sete dias), dirigida por J. DIAS e C. TEIXEIRA; B) O Centro litoral e o maciço calcário da Estremadura (seis dias), dirigida por F. MARTINS; C) Portugal Central (sete dias), dirigida por O. RIBEIRO; D) Estremadura e Ribatejo (seis dias), dirigida por V. RAU e C. ZBYSEWSKI; E) Baixo Alentejo e Algarve (sete dias), dirigida por M. FEIO; F) Ilha da Madeira, dirigida por O. RIBEIRO. Para cada uma destas excursões foi preparado e impresso um livro-guia.
- (15) SORRE, MAX. — «Le XVIII^e Congrès International de Géographie, Rio de Janeiro, août 1956». *Annales de Géographie*, 1957, 353, p. 2.
- (16) PINCHEMEL, PH. e outros — *Obra cit.* nota (1), p. 219.

*

Em relação à União Geográfica Internacional (UGI) é fundamental a consulta do seu *IGU Bulletin/Bulletin de l'UGI*, publicado pelo menos duas vezes por ano. O vol. XXXV (51), 1985 refere-se ao Congresso Internacional de Paris (1984), o XXXVI (1-2), 1986 à Conferência Regional que teve lugar em Barcelona (1986).

ILÍDIO DO AMARAL